

20. A Justiça da Fé e os Sinais da Aliança: O Exemplo de Abraão (Rm. 4:9-12; Gn. 15 e 17)

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Teologia e Pregações | Data: 14/01/2026 09:51

O Contexto da Justificação: Fé para Judeus e Gentios

A análise da Carta aos Romanos, especificamente no capítulo 4, versículos de 9 a 12, nos conduz a um dos argumentos mais cruciais da teologia cristã: a universalidade da justificação pela fé. O apóstolo Paulo constrói uma tese robusta para demonstrar como Deus justifica pecadores, estabelecendo que este processo divino ocorre exclusivamente mediante a crença em Jesus Cristo, sem distinção de etnia ou herança cultural.

Anteriormente, no capítulo 3, o texto bíblico já havia estabelecido que esse caminho de salvação é válido tanto para os judeus — os descendentes biológicos de Abraão e membros da nação de Israel — quanto para os gentios, termo utilizado para designar os pagãos ou membros de outros povos. No tocante à salvação, a escritura é enfática: Deus não faz acepção de pessoas.

Para solidificar esse argumento, Paulo recorre à figura histórica e espiritual de Abraão. Para a mentalidade judaica da época, Abraão não era apenas um patriarca; ele era o "amigo de Deus", o padrão de obediência por excelência e o herói nacional. A lógica utilizada pelo apóstolo é demonstrar que, se até mesmo Abraão foi salvo pela fé e não pelas obras ou rituais que praticou, o princípio se aplica a todos os seres humanos.

A base bíblica para essa afirmação encontra-se no livro de Gênesis:

"Abraão creu no Senhor, e isso lhe foi imputado para justiça." (Gênesis 15:6)

O termo "imputado" sugere que Deus considerou Abraão justo a partir do momento em que ele confiou nas promessas divinas, independentemente de seus méritos pessoais. Paulo reforça esse ponto citando também o Rei Davi (Rm. 4:6-8), outro herói da fé, confirmado que a justificação ocorre pelo perdão e pela graça, e não pela execução da lei.

O Dilema da Circuncisão

Apesar da clareza sobre a fé, surge um questionamento natural dentro do contexto judaico da época. Um interlocutor poderia argumentar: "Concordo que Abraão foi justificado pela fé, mas ele também foi circuncidado, e toda a sua descendência carrega essa marca. Isso não provaria que a salvação pertence exclusivamente aos circuncisos?"

A circuncisão era o marcador de identidade nacional e religiosa de Israel. A separação entre judeus e gentios (incircuncisos) era abissal, a ponto de judeus considerarem os gentios impuros e indignos da salvação. Havia uma crença popular de que a circuncisão era, por si só, uma garantia contra a condenação eterna.

Paulo, no entanto, levanta a questão crucial no verso 9:

"Vem, pois, esta bem-aventurança exclusivamente sobre os circuncisos ou também sobre os incircuncisos? Visto que dizemos: A fé foi imputada a Abraão para justiça." (Romanos 4:9)

A resposta a essa indagação não é apenas teológica, mas cronológica e histórica. O objetivo do texto é provar que a salvação não é uma herança biológica ou ritualística restrita aos descendentes de Abraão, mas uma bênção acessível a "todo o mundo em toda parte que crê", seguindo o exemplo de confiança nas promessas de Deus demonstrado pelo patriarca antes mesmo de qualquer ritual religioso.

A Cronologia da Salvação de Abraão: Fé antes do Ritual

A resposta do apóstolo Paulo à questão sobre a necessidade da circuncisão para a salvação é magistralmente fundamentada na cronologia histórica dos eventos narrados no livro de Gênesis. Para desfazer o equívoco de que os rituais religiosos são pré-requisitos para a aceitação divina, Paulo convida seus leitores a olharem para a linha do tempo da vida de Abraão.

No versículo 10 de Romanos 4, ele lança a pergunta retórica:

"Como, pois, lhe foi atribuída? Estando ele já circuncidado ou ainda incircunciso? Não no regime da circuncisão, e sim quando incircunciso." (Romanos 4:10)

Para compreender a profundidade desse argumento, é necessário revisitar a sequência dos fatos bíblicos:

1. **O Chamado (Gênesis 12):** Deus aparece a Abraão quando ele ainda vivia em Ur dos Caldeus, na Mesopotâmia. Naquele momento, Abraão era um pagão, adorador de outros deuses. Deus lhe faz a promessa de uma terra e de uma descendência que abençoaria todas as nações. Abraão obedece e inicia sua peregrinação.
2. **A Justificação (Gênesis 15):** Anos se passam e a promessa de um herdeiro ainda não havia se concretizado. Abraão questiona a Deus sobre sua falta de filhos, sugerindo que seu herdeiro seria um servo, Eliéser. Deus, então, o conduz para fora da tenda e lhe mostra as estrelas, reafirmando que sua descendência seria inumerável. O texto sagrado registra que, naquele instante, "Abraão creu no Senhor, e isso lhe foi imputado para justiça". Foi neste momento exato que Abraão foi declarado justo e salvo.
3. **A Instituição da Circuncisão (Gênesis 17):** Cerca de 14 anos após o evento de sua justificação — quando Ismael já tinha 13 anos e Abraão beirava os 99 anos — Deus aparece novamente para instituir a aliança da circuncisão.

A conclusão lógica e irrefutável que Paulo extrai desses fatos é que **Abraão foi salvo enquanto ainda era incircunciso**.

Quando Deus declarou Abraão justo, perdoando seus pecados e aceitando-o plenamente, o patriarca não possuía a marca distintiva do judaísmo. Ele estava, em termos rituais, na mesma condição de um gentio. A circuncisão não foi a causa da sua salvação, nem uma condição prévia para ela.

Esse detalhe histórico derruba a ideia de que a graça de Deus está presa a rituais ou a uma etnia específica. Se a justificação ocorreu quatorze anos antes do rito, segue-se que a salvação é acessível a todos os que creem, independentemente de terem ou não passado por cerimônias religiosas ou de pertencerem à linhagem física de Israel. A fé nas promessas de Deus é o único instrumento da justificação, tanto antes quanto depois da instituição da lei.

O Verdadeiro Significado da Circuncisão como Selo da Justiça

Uma vez estabelecido que a justificação de Abraão ocorreu muito antes de qualquer ritual, o

apóstolo Paulo prossegue para definir qual era, então, o propósito real da circuncisão. Se ela não salvava, qual era a sua função? A resposta é encontrada no versículo 11, onde Paulo oferece uma definição teológica precisa:

"E recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso."
(Romanos 4:11)

Aqui, a circuncisão é descrita não como a causa da salvação, mas como um **sinal** e um **selo**.

Em Gênesis 17, quando Deus institui a circuncisão, Ele não altera os termos da salvação estabelecidos anteriormente (Gênesis 15). Ele não introduz novas condições para a justificação, mas fornece uma marca visível da aliança que já havia estabelecido com o patriarca. A circuncisão servia como uma confirmação externa de uma realidade interna e espiritual que Abraão já possuía: a fé nas promessas divinas.

A Aplicação do Selo na Descendência

Um ponto crucial nesta análise é a ordem divina para que o sinal fosse aplicado não apenas a Abraão, mas a toda a sua descendência masculina. O mandamento era específico: todo menino deveria ser circuncidado ao oitavo dia de vida.

"A circuncisão era o selo da justiça da fé, e Deus manda que se aplique aos descendentes de Abraão."

Isso gera uma implicação teológica profunda. Ao ordenar a circuncisão de bebês de oito dias, Deus estava mandando aplicar o **símbolo da fé** em indivíduos que ainda não possuíam a capacidade consciente de crer. Aquela criança não tinha consciência do que estava acontecendo, não havia professado fé, mas recebia o selo.

Isso demonstra que o sinal funcionava como uma marca de **inclusão no povo da aliança**. A criança era admitida e recebida como parte do povo visível de Deus através desse rito. Portanto, a circuncisão identificava a descendência legítima e separava o povo de Deus das demais nações, servindo como um lembrete constante das promessas divinas feitas a Abraão e à sua posteridade.

Assim, o rito não conferia fé automaticamente, nem garantia a salvação eterna — como a história de Israel demonstraria posteriormente, com muitos circuncisos que não creram —, mas selava a pertença à comunidade da aliança, apontando para a necessidade daquela mesma fé que o pai Abraão teve.

A Paternidade Espiritual de Abraão: O Pai de Todos os que Creem

A sequência histórica da vida de Abraão não foi um acidente, mas uma orquestração divina com um propósito teológico definido. O apóstolo Paulo conclui que Abraão recebeu a justificação antes da circuncisão com uma finalidade específica: para que ele pudesse ser o pai espiritual de **todos** os que creem, independentemente de sua origem étnica.

Essa paternidade espiritual se desdobra em duas direções, conforme explicado nos versículos 11 e 12:

1. Pai dos Gentios que Creem

Como Abraão foi justificado enquanto era incircunciso, ele se torna o protótipo e pai de todos os gentios (não judeus) que exercem a mesma fé.

"...para vir a ser o pai de todos os que creem, embora não circuncidados, a fim de que lhes fosse imputada a justiça." (Romanos 4:11)

Isso significa que cristãos de todas as nações — brasileiros, europeus, africanos ou asiáticos — que confiam em Jesus Cristo são, legitimamente, filhos de Abraão. Eles herdam as promessas de bênção não por laços de sangue, mas pelo vínculo da fé. A igreja cristã, composta por aqueles que creem, é vista aqui como a continuação espiritual da promessa feita ao patriarca. Deus nunca teve dois povos distintos (um salvo pela lei e outro pela graça), mas sempre um único povo: aquele que crê nEle.

2. Pai dos Judeus que Seguem as "Pisadas da Fé"

No versículo 12, Paulo faz uma distinção crucial em relação aos judeus. Abraão é, de fato, o pai da circuncisão (o povo judeu), mas há uma condição restritiva para essa paternidade espiritual plena:

"...e pai da circuncisão, isto é, daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado." (Romanos 4:12)

Ser descendente físico de Abraão ou carregar a marca da circuncisão não é suficiente para garantir a filiação espiritual. Para que um judeu reivindique Abraão como seu pai no sentido salvífico, ele precisa imitar a fé do patriarca. Um judeu que não crê nas promessas de Deus — e, por extensão, no Messias — possui a marca na carne, mas não a realidade espiritual que ela representa.

Portanto, a verdadeira família de Abraão é definida não pela genética ou rituais externos, mas pela atitude interna de confiança nas promessas divinas. Ele é o pai de todos — judeus e gentios — que "andam nas pisadas da fé".

A Unidade das Escrituras: Continuidade entre o Antigo e o Novo Testamento

Uma das lições mais fundamentais extraídas da análise da vida de Abraão em Romanos 4 é a perfeita continuidade entre o Antigo e o Novo Testamento. Frequentemente, cria-se uma dicotomia equivocada onde o Antigo Testamento é visto como o tempo da Lei, da ira e da salvação pelas obras, enquanto o Novo Testamento é encarado como o tempo da Graça e do amor. O texto bíblico, contudo, refuta essa separação.

A teologia paulina demonstra que existe uma unidade indivisível na forma como Deus opera a redenção. Existem pelo menos dois elementos cruciais que evidenciam essa harmonia:

1. Um Único Caminho de Salvação

A maneira como Deus justifica o pecador sempre foi a mesma, independentemente da época. Abraão foi justificado pela fé milhares de anos antes da encarnação de Cristo, da mesma forma que um cristão hoje é justificado pela fé dois mil anos após a cruz.

"Sempre foi pela fé. No Antigo Testamento, a graça e a salvação eram administradas na forma de

"promessas, tipos e símbolos."

No período da antiga aliança, os crentes eram salvos olhando para frente, confiando nas promessas de Deus que apontavam para o Messias vindouro. Eles criam na sombra e na tipologia (sacrifícios, sacerdócio, festas). Hoje, olhamos para trás, para o cumprimento perfeito dessas promessas na pessoa de Jesus. O objeto da fé é o mesmo — a misericórdia de Deus em Cristo — apenas a perspectiva temporal é que mudou.

2. O Cumprimento da Simbologia

Os rituais do Antigo Testamento — o candelabro, a arca da aliança, a páscoa, os sacrifícios de animais e a própria circuncisão — não eram fins em si mesmos, nem meios meritórios de salvação. Eles eram "sombras" pedagógicas projetadas para ensinar o povo sobre a santidade de Deus e a necessidade de redenção, apontando invariavelmente para Jesus Cristo.

Uma vez que Cristo veio e realizou a obra perfeita, a realidade substituiu a sombra. Portanto, a distinção entre as dispensações não está no método de salvação (que sempre foi a graça mediante a fé), mas na clareza da revelação. O Evangelho já estava presente em Gênesis, pregado a Abraão na forma de promessa: "Em ti serão benditas todas as nações".

Batismo e Circuncisão: O Paralelo dos Sinais da Aliança

A compreensão de que a circuncisão funcionava como um "selo da justiça da fé" (Romanos 4:11) abre caminho para um entendimento mais profundo sobre os sacramentos na Nova Aliança. Seguindo a lógica da continuidade entre os testamentos, o batismo cristão surge como o equivalente neotestamentário da circuncisão.

Ambos os ritos desempenham a mesma função teológica: são sinais externos de uma graça interna e selos de inclusão na comunidade da aliança.

"Da mesma forma que Deus, na antiga aliança, deu um selo da justiça da fé, que foi a circuncisão, Ele deu um outro selo no Novo Testamento, que é o batismo."

Enquanto a circuncisão era um sinal sangrento restrito aos homens, o batismo é um sinal incruento (sem sangue), realizado com água, que simboliza a lavagem dos pecados e a regeneração pelo Espírito Santo. Além disso, o batismo é mais abrangente, incluindo tanto homens quanto mulheres, refletindo a expansão da graça de Deus.

O Fundamento para o Batismo Infantil

É nesta conexão entre os dois sinais que se encontra o argumento bíblico para o batismo de crianças (pedobatismo). O raciocínio baseia-se no mandamento divino dado a Abraão: Deus ordenou que o **selo da fé** fosse aplicado em bebês de apenas oito dias de vida.

Aqueles bebês não possuíam fé, não tinham consciência do pecado e não haviam feito uma profissão pública de crença. No entanto, recebiam o sinal da aliança. Se a igreja é a continuação espiritual de Israel e a aliança de graça é a mesma, segue-se o princípio de que os filhos dos crentes devem receber o sinal de pertencimento ao povo visível de Deus.

Assim, o batismo infantil não pressupõe que a criança já tenha fé, mas marca sua entrada na esfera

da aliança, sob a responsabilidade e fé dos pais e da igreja, da mesma forma que ocorria com a circuncisão no Antigo Testamento.

A Limitação do Sinal Externo

É imperativo, contudo, ressaltar a distinção entre o sinal e a realidade que ele aponta. O apóstolo Paulo deixa claro que a circuncisão não tinha poder salvífico em si mesma — um judeu poderia ser circuncidado e, ainda assim, não ser salvo se não tivesse fé.

O mesmo princípio aplica-se ao batismo. O rito não salva automaticamente (não há regeneração batismal automática), nem garante a entrada no céu. Uma pessoa pode ser batizada e não ser salva, assim como alguém podia ser circuncidado e se perder. O sacramento é um rito de iniciação e pertencimento à igreja visível, mas a salvação eficaz depende, invariavelmente, da resposta pessoal de fé e arrependimento que o indivíduo deve manifestar diante de Deus.

Aplicações Práticas: O Perigo do Merecimento e a Confiança na Graça

A exposição teológica sobre a justificação de Abraão não é um mero exercício intelectual; ela carrega implicações profundas e práticas para a vida cristã contemporânea. Ao final de sua argumentação, extraem-se lições vitais que confrontam tanto o ritualismo moderno quanto a inclinação humana ao legalismo.

O Equívoco da "Judaização" na Igreja

Uma aplicação direta do texto de Romanos 4 diz respeito à tendência observada em alguns segmentos evangélicos de supervalorizar elementos da cultura judaica e da Antiga Aliança. É comum encontrar comunidades que reintroduzem símbolos como a Arca da Aliança, o candelabro (menorá), o uso de quipás, ou a insistência em terminologias hebraicas (como "Yeshua" em vez de Jesus), sob a premissa de que isso confere maior espiritualidade ou profundidade à adoração.

À luz do ensino de Paulo, tal prática é um retrocesso teológico. Esses elementos pertenciam a uma dispensação provisória e serviam como "sombras" pedagógicas. Uma vez que a realidade — Cristo — chegou, o apego às sombras torna-se desnecessário e, por vezes, perigoso, pois obscurece a suficiência da obra de Jesus. A verdadeira espiritualidade não reside na imitação de rituais do templo de Jerusalém, mas na compreensão de que Cristo é o cumprimento final de todos aqueles símbolos.

A Tentação do Mérito Pessoal

Talvez o desafio mais sutil e persistente para o cristão seja a crença inconsciente de que a salvação depende, em algum grau, do mérito pessoal. O coração humano é naturalmente orgulhoso e tende a resistir ao conceito de graça pura.

Muitas vezes, acrescentam-se condições à obra de Cristo: a dedicação pessoal, a leitura bíblica, a moralidade, a participação em "campanhas" ou o esforço em ser "bom". Contudo, o exemplo de Abraão destrói essa pretensão.

"Abraão creu na palavra de Deus. Ele não fez absolutamente nada. Não foi a sua moralidade, não foi o seu esforço, não foi mérito dele. Foi a palavra de Deus que entrou no seu coração e ali encontrou guardada."

A justificação ocorre quando o indivíduo desiste de tentar estabelecer sua própria justiça e descansa inteiramente na promessa de Deus. É um convite para renunciar à autonomia e ao orgulho,

reconhecendo que nada se traz nas mãos exceto a própria necessidade de perdão.

O Chamado à Responsabilidade Pessoal na Aliança

Por fim, a relação entre o selo (batismo) e a realidade (fé) traz uma exortação grave, especialmente para aqueles que cresceram na igreja e foram batizados na infância.

O fato de alguém ter recebido o selo da aliança quando criança — trazido pela fé dos pais — não garante a salvação automática. O batismo não é um amuleto mágico. Aquele que foi marcado pelo sinal da aliança tem a responsabilidade indeclinável de, ao chegar à idade da razão, professar sua própria fé e arrepender-se de seus pecados.

"Você não será salvo pelo batismo que lhe foi administrado quando criança, nem pela fé dos seus pais, nem pela sua presença na coletividade da igreja. Você mesmo terá que chegar diante de Deus."

A aliança requer uma resposta. A validade do selo externo só se confirma mediante a realidade interna da fé pessoal. Assim, a mensagem de Romanos 4:9-12 permanece como um poderoso lembrete: quer judeu ou gentio, circunciso ou incircunciso, a única via de acesso a Deus é seguir as "pisadas da fé" de nosso pai Abraão, confiando exclusivamente naquele que justifica o ímpio.

Augustus Nicodemus. #20. O selo da fé salvadora (Rm 4:9-12).
https://youtu.be/2w_pu5RoSPM?si=P2ScsPGWw4eGPY_8

Documento gerado em 15/01/2026 07:37:36 via BeHOLD